



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 144/XIV/ 3.ª SL

Aos 13 dias do mês de outubro de 2021, pelas 09:14 horas, reuniu a Comissão de Orçamento e Finanças, na Sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

Formato misto (presencial + videoconferência)

1. **Audição do Senhor Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais, sobre o Relatório de Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiras e no âmbito do requerimento apresentado pelo GP do BE;**
 2. **Discussão e votação do parecer da Proposta de Lei n.º 112/XIV/2.ª (GOV) - “Estabelece uma isenção de imposto do selo para as operações de reestruturação ou refinanciamento da dívida em moratória”;
Autora: Deputada Vera Braz (PS)**
 3. **Discussão e votação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 691/XIV/2.ª (PS) - “Reforça a proteção da pessoa segurada, proibindo práticas discriminatórias, melhorando o acesso ao crédito e contratos de seguros por pessoas que tenham superado riscos agravados de saúde, consagrando o “direito ao esquecimento”;**
 4. **Votação de requerimentos apresentados no âmbito da apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 618/XIV/2.ª (CDS-PP) - “Conta-corrente entre os Contribuintes e o Estado”;**
 5. **Designação de autor de parecer da Proposta de Lei n.º 116/XIV/3.ª (GOV) - “Aprova o Orçamento do Estado para 2022”;
Cabe ao GP PSD**
 6. **Procedimentos no âmbito do Orçamento do Estado para 2022;**
 7. **Outros assuntos.**
-



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 144/XIV/ 3.ª SL

1. Audição do Senhor Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais, sobre o Relatório de Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiras e no âmbito do requerimento apresentado pelo GP do BE;

O Senhor Presidente iniciou a audição cumprimentando o Senhor Secretário de Estado Adjunto e dos Assuntos Fiscais (SEAAF), enquadrando a audição no âmbito da apresentação do relatório de Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiras (2020) (primeiro tema da audição) e do requerimento apresentado pelo GP BE relativo ao projeto “Garantir Cultura” (segundo tema da audição). Mais referiu que, relativamente ao primeiro tema da audição do SEAAF, foi solicitado pelo GP PSD que, devido a um ligeiro atraso da deputada responsável pela intervenção do GP, a ordem de intervenções fosse alterada, intervindo o GP PSD, em último lugar.

No âmbito do primeiro tema da audição – apresentação do relatório de Combate à Fraude e Evasão Fiscais e Aduaneiras (2020) – o SEAAF usou da palavra para fazer uma breve alocução inicial. Iniciado o período de debate, na primeira ronda de intervenções, usaram da palavra os Senhores Deputados Fernando Anastácio (PS), Mariana Mortágua (BE), Duarte Alves (PCP), Nelson Silva (PAN), João Cotrim de Figueiredo (IL) e Margarida Balseiro Lopes (PSD), tendo o SEAAF respondido individualmente a cada uma das questões colocadas. No âmbito da segunda ronda, intervieram os Senhores deputados Margarida Balseiro Lopes (PSD), Fernando Anastácio (PS), Duarte Alves (PCP) e Nelson Silva (PAN).

Entrando no segundo tema da audição – requerimento apresentado pelo GP BE relativo ao projeto “Garantir Cultura” – intervieram na primeira ronda, os Senhores Deputados Mariana Mortágua (BE), Ivan Gonçalves (PS), Carla Borges (PSD), Duarte Alves (PCP) e Nelson Silva (PAN), tendo o SEAAF respondido individualmente a cada uma das questões colocadas. Em sede de segunda ronda, usaram da palavra as Senhoras deputadas Carla Borges (PSD) e Mariana Mortágua (BE), posto o que o SEAAF respondeu conjuntamente.

Não havendo pedidos de intervenção adicionais, o Senhor Presidente encerrou a audição após ter agradecido a presença do SEAAF.

A audição foi gravada em suporte vídeo, a qual constitui parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede. A gravação vídeo pode ser consultada na [página internet da audição](#).



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 144/XIV/ 3.ª SL

- 2. Discussão e votação do parecer da Proposta de Lei n.º 112/XIV/2.ª (GOV) - “Estabelece uma isenção de imposto do selo para as operações de reestruturação ou refinanciamento da dívida em moratória”;
Autora: Deputada Vera Braz (PS)**

A Senhora Deputada Vera Braz (PS) apresentou o parecer da sua autoria.

De seguida, o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) solicitou a palavra para cumprimentar a senhora deputada e dizer que iria votar favoravelmente, porque o parecer é factual e objetivo, contudo, gostaria de clarificar alguns pontos do mesmo. Sugeriu que, na forma como estão escritas determinadas afirmações, em determinados parágrafos, cuja correção não questiona, pudesse ser feita referência à exposição de motivos, como sendo a fontes de tais afirmações.

A Senhora Deputada deu a sua anuência às alterações propostas.

Colocado à votação, o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do GP CDS-PP, do DURP CH e DURP IL

- 3. Discussão e votação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 691/XIV/2.ª (PS) – “Reforça a proteção da pessoa segurada, proibindo práticas discriminatórias, melhorando o acesso ao crédito e contratos de seguros por pessoas que tenham superado riscos agravados de saúde, consagrando o “direito ao esquecimento”;**

O Senhor Presidente comunicou que havia tido conhecimento, nessa manhã, de que o GP PSD havia solicitado o adiamento deste ponto, que ficaria assim adiado para a próxima reunião, de forma a que seja discutido e votado anteriormente ao Orçamento do Estado.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP) solicitou a palavra para referir que, agradecia que, de futuro, essa informação possa ser disponibilizada anteriormente, *i.e.*, assim que o adiamento seja solicitado, para que os GP não estejam a preparar a reunião, quando existirá um adiamento.

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) solicitou a palavra para reiterar a importância de conseguir concluir este processo legislativo na próxima reunião, para que seja anterior ao processo do Orçamento do Estado.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 144/XIV/ 3.ª SL

4. Votação de requerimentos apresentados no âmbito da apreciação, na especialidade, do Projeto de Lei n.º 618/XIV/2.ª (CDS-PP) – “Conta-corrente entre os Contribuintes e o Estado”;

O Senhor Presidente comunicou que a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) que já não está presente, informou que votaria favoravelmente os requerimentos do PS e PSD.

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) solicitou a palavra para dizer que, não se opondo, gostaria de questionar o motivo por que o PS solicitou a audição por escrito da ANMP e da ANAFRE.

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) replicou que, as autarquias locais cabem dentro do conceito de Estado para efeitos desta iniciativa.

O Senhor Presidente questionou se seria possível a votação conjunta dos requerimentos, no que todos anuíram.

Colocados conjuntamente à discussão, os requerimentos foram aprovados por unanimidade, na ausência do DURP CH e DURP IL.

5. Designação de autor de parecer da Proposta de Lei n.º 116/XIV/3.ª (GOV) - “Aprova o Orçamento do Estado para 2022”; Cabe ao GP PSD

O Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD), indicou que seria relator o Senhor Deputado Alberto Fonseca (PSD).

6. Procedimentos no âmbito do Orçamento do Estado para 2022;

O Senhor Presidente disse que iria convocar uma reunião de mesa e coordenadores, para a semana seguinte, para definição dos procedimentos. Em todo o caso, disse que importava desde já fixar as grelhas de tempos para audições de outras entidades uma vez que seria necessário expedir os convites.

Perguntou assim se todos anuíram em que fosse replicada a grelha aplicada no Orçamento de Estado de 2021 e que era a seguinte: (i) 1.ª ronda: GP PS e GP PSD (5 minutos); GP BE e GP PCP (4 minutos); GP CDS-PP, GP PAN e GP PEV (3 minutos); DURP CH e DURP IL (1 minuto), com resposta individual; (ii) 2.ª ronda: 2 minutos por Deputado, com resposta conjunta, tendo todos os deputados concordado.



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 144/XIV/ 3.ª SL

7. Outros assuntos.

O Senhor Presidente disse que haveria três temas a tratar. O primeiro relativo ao escrutínio de três iniciativas europeias - COM(2021)423, COM(2021)420 e COM(2021)421 -, cujo prazo para emissão de relatório é o dia 19 de outubro. Assim, questionou se os responsáveis pela preparação de cada um dos relatórios (o GP CDS-PP, o GP PAN e o DURP CH, respetivamente) teriam condições para prepará-los neste período de tempo. Ficou determinado que os GP e DURP responsáveis confirmariam se teriam condições para preparar os relatórios.

O segundo tema relativo à baixa, com conexão à COF, da PPL 115/XIV/3.ª “Estabelece medidas de apoio e agilização dos processos de reestruturação das empresas e dos acordos de pagamento e transpõe a Diretiva (UE) 2019/1023, sobre os regimes de reestruturação preventiva, o perdão de dívidas e as inibições”, informando que, por consenso entre os Senhores coordenadores, se havia decidido, não se justificar emitir parecer.

Por fim, o terceiro tema, relativo à PPL 86/XIV/2.ª “Aprova a Lei das Grandes Opções para 2021-2025”, o senhor Presidente comunicou que o SEAP informou que o Governo iria enviar, até ao final da semana, nova versão da iniciativa, com vista a compatibilizá-la com a PPL do Orçamento do Estado para 2022.

O Senhor Deputado Fernando Anastácio (PS) solicitou a palavra para dizer que, embora fosse impossível finalizar o processo da PPL 94 antes do processo orçamental, seria relevante fixar desde já prazo para alterações no âmbito da PPL 94.

O Senhor Presidente replicou que este seria um tema que poderia ser também tratado na reunião de Mesa e coordenadores da próxima semana.

A reunião foi encerrada às 12:08 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 outubro 2021.

O PRESIDENTE


(FILIPE NETO BRANDÃO)



Comissão de Orçamento e Finanças

ATA NÚMERO 144/XIV/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Brás (PS)
Fernando Anastácio (PS)
Filipe Neto Brandão (PS)
Hortense Martins (PS)
João Gouveia (PS)
João Paulo Correia (PS)
Joël Bouça Gomes (PS)
Miguel Matos (PS)
Nuno Sá (PS)
Vera Braz (PS)
Afonso Oliveira (PSD)
Alberto Fonseca (PSD)
Eduardo Teixeira (PSD)
Hugo Carneiro (PSD)
Jorge Paulo Oliveira (PSD)
Margarida Balseiro Lopes (PSD)
Mariana Mortágua (BE)
Duarte Alves (PCP)
Cecília Meireles (CDS-PP)
Nelson Silva (PAN)
André Ventura (CH)
João Cotrim De Figueiredo (IL)
Ivan Gonçalves (PS)
Rosário Gambôa (PS)
Carla Borges (PSD)
Fernanda Velez (PSD)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ricardo Vicente (BE)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Silva (PSD)
Duarte Pacheco (PSD)